

## Projeto que pode reduzir tarifa de ônibus volta à Câmara

Isenções podem reduzir passagens de transportes urbanos em até 15%. Texto prevê controle de custos 5



Fernando Haddad, José Fortunati, Lindbergh Farias, Sérgio Souza e Marcio Lacerda durante discussão sobre o regime de incentivos ao transporte coletivo urbano

# JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.905 — Brasília, quarta-feira, 3 de julho de 2013



## Aprovado uso de royalties do petróleo em educação e saúde

Texto de Eduardo Braga destinando 75% dos recursos à educação e 25% à saúde volta à Câmara

Substituto do senador Eduardo Braga prevê que as receitas da União decorrentes da exploração do petróleo sejam investidas exclusivamente na educação pública (com prioridade à educação básica) e na saúde. Segundo Braga, a educação poderá contar com R\$ 4 bilhões a mais já em 2014. 4



Ministro Mercadante (4º à esq.) acompanha debate ao lado dos senadores Braga (E), Nascimento, Ferraço, Ana Rita e Casildo

### Congresso estuda tópicos de plebiscito

Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves, receberam ontem do vice-presidente da República, Michel Temer, e do ministro

José Eduardo Cardozo (Justiça) sugestões de itens a serem incluídos na consulta popular sobre reforma política proposta pela presidente Dilma Rousseff. 3



Ao lado de Henrique Alves e Michel Temer, José Eduardo Cardozo entrega a Renan Calheiros mensagem do Executivo

Exigência de ficha limpa deverá valer também para servidores 8

Segue para a Câmara inclusão da advocacia no Simples 8

Rádios e TVs terão de dar alertas sobre desastres naturais 7

Comissão lança *Em Discussão!* sobre a dívida pública 6



Violência contra a mulher é tema de encarte na edição de amanhã

Jornal mostra persistência da violência doméstica, mesmo com a Lei Maria da Penha.

Perdão a dívida do Congo gera controvérsia entre senadores 6

Ministro da Saúde defende carreira para profissionais do SUS 4

Agentes penitenciários pedem derrubada do veto ao porte de arma 2



Cerca de 200 manifestantes se concentram em frente ao Congresso e conseguem reunião com o presidente do Senado

# Agentes penitenciários querem arma fora do serviço

Categoria faz protesto em frente ao Congresso e se reúne com Renan Calheiros pedindo arquivamento de veto a projeto de lei que permite o porte de arma para categorias ligadas à segurança pública

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu, no início da noite de ontem, representantes dos cerca de 200 agentes penitenciários que protestavam em frente ao Congresso desde o período da tarde. Eles pedem a derrubada do veto ao Projeto de Lei da Câmara 87/2011, que permite o porte de arma fora do serviço a diversas categorias ligadas à segurança pública.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do DF (Sindpen), Leandro Allan Vieira, não é coerente a categoria trabalhar com arma, combater a criminalidade dentro dos sistemas prisionais e, ao sair do serviço, deixar a arma por falta de autorização.

— Com esse veto, nós estamos fragilizados, o Estado está

fragilizado e a criminalidade está fortalecida — disse Vieira.

Na visão do presidente do Sindpen, o veto ao projeto contraria o interesse social. Ele disse que Renan sinalizou que vai buscar um acordo com os líderes partidários para que o veto tenha prioridade na análise do Congresso. Gim (PTB-DF) e Eduardo Braga (PMDB-AM) também participaram da reunião.

## Justificativa

Nas razões do veto, a presidente Dilma Rousseff diz que o porte de arma fora do serviço vai contra a política nacional de combate à violência e o Estatuto do Desarmamento. O texto sinaliza a possibilidade de cada agente pedir porte pessoal de arma, conforme necessidade individual.

Do alto de um caminhão de som, os manifestantes deixaram claro que não estavam pedindo aumento de salário, mas “melhores condições de trabalho”. O agente Castro argumentou que a categoria é que está na linha de frente com os detentos, pode interceptar uma carta com uma ordem de crime ou informar necessidade de saúde de um preso.

— No dia a dia, é possível encontrar um ex-interno na rua e sofrer uma ameaça — disse o agente Carvalho.

Uma sessão do Congresso está convocada para hoje e Renan ressaltou que um dos objetivos é arquivar uma série de vetos presidenciais a projetos aprovados pelo Legislativo.

— Vamos declarar prejudicados muitos vetos e combinar critérios para análise dos demais.

# Renan: é preciso discutir prioridades do Orçamento

O Senado precisa discutir as prioridades do Orçamento federal para poder atender as demandas da população, disse ontem o presidente da Casa, Renan Calheiros. As manifestações populares das últimas semanas, que, segundo ele, precisam servir de referência, têm cobrado mais investimentos em saúde, educação, segurança e mobilidade urbana.

— Não é questão de irresponsabilidade fiscal. É discutir as prioridades do Orçamento.

Foram transferidas para hoje

as reuniões que discutiriam ontem o relatório preliminar do deputado Danilo Forte (PMDB-CE) ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013). Segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Lobão Filho (PMDB-MA), a transferência foi definida em acordo entre os líderes partidários.

Segundo Lobão Filho, as negociações com o governo estão avançando e o tempo será suficiente para produzir um acordo. A aprovação do

relatório preliminar dá início ao prazo para a apresentação de emendas ao texto final. Para que o Congresso entre em recesso parlamentar, a LDO precisa ser aprovada até o dia 17 de julho.

Renan se mostrou satisfeito com as questões propostas pela presidente Dilma Rousseff a serem incluídas em um possível plebiscito sobre a reforma política, entregue pela manhã ao Senado. Ele disse que tudo o que colaborar para alcançar uma política renovada será bem-recebido.

## Adiado lançamento do Portal do Congresso

O lançamento do Portal do Congresso, previsto para hoje, foi adiado devido à agenda dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves. O novo portal, criado para dar maior visibilidade às atividades conjuntas do Senado e da Câmara, oferecerá informações sobre a agenda e as reuniões do Congresso, Orçamento, medidas provisórias (MPs), vetos e notícias, além de dados sobre as duas Casas legislativas e de todos os 513 deputados e 81 senadores.

## PRB deixa governo e vai para bloco União e Força

O PRB formalizou a saída do bloco de apoio ao governo para aderir ao bloco União e Força, formado pelo PTB, PR e PSC. As comunicações das mudanças foram lidas ontem pela senadora Ana Amélia (PP-RS), que presidia a sessão. Com a mudança, o único senador do PRB, Eduardo Lopes (RJ), passa a ser um dos vice-líderes do União e Força. O líder do bloco é Gim (PTB-DF).



Lia de Paula/Agência Senado

# Jarbas propõe perda de mandato para condenados por corrupção

A perda de mandato parlamentar no caso de condenação por improbidade administrativa ou por crime contra a administração pública voltou a ser defendida ontem por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). A medida está na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, que altera o artigo 55 da Constituição. Para Jarbas, a aprovação seria a demonstração de que o Senado está disposto a cortar na própria carne, sem apelos ao corporativismo e sem permitir a impunidade e a corrupção.

— Se antes era oportuna, agora a proposta se faz urgente, para atender em grande parte às expectativas da maioria das pessoas que está nas ruas — observou.

A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aguardando relatório de Eduardo Braga (PMDB-AM), líder do governo.

O senador apontou vantagem da proposta em relação à realização do plebiscito sobre reforma política, defendido pela presidente Dilma Rousseff. Ele sugeriu que, caso o plebiscito seja aprovado, a população também seja consultada sobre a perda de mandato por improbidade administrativa. Jarbas propôs que esses mesmos políticos não exerçam funções na Mesa do Senado, de liderança, no Conselho de Ética e no comando de comissões permanentes e temporárias.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jarbas diz que a aprovação mostraria que Senado aceita “cortar na carne”

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Passe livre para estudantes

14h Na pauta, o Projeto de Lei do Senado 248/2013, que institui o Programa Passe Livre Estudantil, de âmbito nacional.

### PRESIDÊNCIA Líderes do Congresso

11h Cerimônia de anúncio de terminais portuários de uso privativo. Às 11h30, líderes do Senado e Câmara. Às 12h, sessão do Congresso. Às 15h, classe artística. Às 16h, ordem do dia e, às 18h30, presidente do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais.

### CI Aeroportos

7h30 A comissão debate o tema “Aeroportos e multimodalidade”, dentro do ciclo de palestras sobre investimento e gestão. Na primeira parte da reunião, aposição de retrato da senadora Lúcia Vânia na galeria de ex-presidentes da CI.

### CCJ Indicados ao CNJ

9h Sabatina de Rubens Curado Silveira e Flavio Portinho Sirangelo, indicados para o Conselho Nacional de Justiça. Em seguida, análise de projeto que altera regras sobre direitos autorais de músicas e audiovisuais.

### CAS Isenção de IR para aluguel

9h Comissão analisa projetos que institui a Política Nacional de Tecnologia Social e que isenta de Imposto de Renda despesas com aluguel e prestações de financiamento habitacional.

### CDR Sudene e Sudam

9h Comissão analisa projeto que amplia o prazo de concessão dos benefícios fiscais do Imposto de Renda Pessoa Jurídica relativamente a empreendimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

### CE Nova universidade

10h30 Audiência debate o plano político e pedagógico da Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba).

### MERCOSUL Parlasul

14h30 Votação das atas das reuniões de 2012 e da ata da reunião de instalação e eleição do presidente e dos vices da Representação Brasileira no Parlasul.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura; e, na sequência, reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Governo entrega ao Congresso cinco temas para plebiscito

Renan Calheiros e Henrique Alves recebem sugestões do Executivo para realização de consulta popular sobre reforma política

**FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS** eleitorais, sistema eleitoral, suplência de senadores, coligações partidárias e voto secreto no Parlamento são os cinco pontos sugeridos pela presidente da República, Dilma Rousseff, para o plebiscito sobre reforma política. A ideia foi lançada por Dilma no dia 24, como resposta às reivindicações por mudanças que coloquem as instituições políticas em sintonia com a vontade do povo.

A mensagem com as sugestões foi entregue ontem pelo vice-presidente da República, Michel Temer, e pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves. Temer e Cardozo assinalaram que é do Congresso a palavra final sobre a realização da consulta popular e os temas a serem abordados.

— Quando vai ser o plebiscito, se haverá, quais os temas,



Os presidentes da Câmara e do Senado, Alves e Renan, folheiam o documento entregue por Temer e Cardozo (4º e 5º à esq.)

isso será definido pelo presidente Renan, pelo presidente Henrique, pelas lideranças das duas Casas — explicou Temer.

O documento do governo apresenta linhas gerais sobre a consulta. O Congresso poderá alterar a sugestão de reforma política enviada pelo Planalto, e a proposta será examinada por meio de um projeto de decreto legislativo. Para Renan, o plebiscito é a melhor forma de atender os anseios da população.

— Agora começa a discussão do projeto de decreto legislativo. Essa proposta é muito bem-vinda. O Congresso pode ampliar, pode reduzir. Dois temas já estão praticamente resolvidos: a questão do suplente de senador e a questão do voto aberto — disse Renan.

Segundo o ministro da Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral estudará a viabilidade técnica e os prazos mínimos para o plebiscito. Cardozo acredita que a consulta pode ser feita

até outubro, permitindo que eventuais mudanças valham já para as eleições de 2014.

— Não podemos menosprezar a capacidade de o povo brasileiro entender as questões — disse o ministro.

Renan também acredita que haja prazo suficiente.

— Temos que compatibilizar o calendário para que tenhamos essas regras valendo já para 2014 — disse, ressaltando que as resistências à proposta são naturais no Congresso.

## TSE dá prazo mínimo de 70 dias para fazer a consulta

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, e os 27 presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRES) definiram ontem em 70 dias o prazo mínimo para preparação e realização do plebiscito, caso ele venha a ser convocado pelo Congresso. De acordo com o TSE, o plebiscito poderia ser feito no dia 8 de setembro, se as providências forem tomadas de imediato.

O prazo de 70 dias, para assegurar a ampla informação do eleitorado, começaria a contar a partir de 1º de julho. Nesta data, a presidente Dilma enviou comunicado ao TSE informando o desejo de sugerir ao Congresso o plebiscito e consultando sobre o prazo mínimo necessário para a Justiça Eleitoral levar a cabo a consulta popular.

Na ata da reunião da presidente do TSE com os

representantes dos TRES, consta que, “a partir da superveniência da convocação formal que venha a ser feita, definiu-se como prazo mínimo para se garantir a informação do eleitorado sobre o que venha a lhe ser questionado o prazo de 70 dias, adaptado que ficaria, a contar do dia 1º de julho de 2013, ao segundo domingo de setembro (8 de setembro de 2013), se tivessem início imediato as

providências no sentido da realização da consulta”.

O documento adverte que atrasos na definição da consulta “terão consequência óbvia e inevitável sobre esse calendário”. Isso porque, informam os dirigentes da Justiça Eleitoral, não é possível iniciar as providências, “com dispêndio de esforços humanos e de dinheiros públicos, senão quando a específica finalidade está prévia e legalmente estabelecida”.

### Proposta

Resumo da mensagem enviada pela presidente Dilma Rousseff ao Congresso com sugestões

Senhor presidente,

Nas últimas semanas, milhões de brasileiros, em particular os jovens, saíram às ruas. As manifestações demonstraram a força e o caráter irreversível da consolidação da democracia. Cabe às instituições dar a adequada resposta à voz das ruas. Por isso sugerimos uma consulta popular, na forma de plebiscito, para que o povo se pronuncie sobre as linhas mestras que devem balizar a reforma política.

Apesar de garantidas na Constituição de 1988, temos utilizado pouco as medidas democráticas que permitem a manifestação direta da vontade popular. O plebiscito deveria cingir-se a questões que definam aspectos centrais do futuro modelo de representação política a ser elaborado pelo Congresso. Merecem ser considerados alguns pontos de fundamental importância:

- a) a forma de financiamento das campanhas eleitorais. Que o povo possa comparar suas vantagens e desvantagens com relação ao financiamento exclusivamente público. Que o povo possa fazer comparação semelhante com o modelo misto, em que os candidatos recebem recursos públicos e de fontes privadas, com ou sem restrições;
- b) a definição do sistema eleitoral, em que se faça uma opção entre o sistema proporcional como é hoje, o voto distrital puro ou misto, o voto majoritário para a eleição de parlamentares, o voto em lista fechada ou flexível, ou, então, o voto em dois turnos;
- c) a continuidade da suplência nas eleições para o Senado;
- d) a manutenção ou não de coligações partidárias para eleição de deputados e vereadores;
- e) o fim ou não do voto secreto no Parlamento.

São estas as sugestões que coloco à alta apreciação de Vossa Excelência e do Congresso.

**Dilma Rousseff**

Presidenta da República

### Suplicy propõe eleição para suplentes no Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou em Plenário a proposta de plebiscito, apoiando os cinco temas sugeridos por Dilma. Sobre a continuidade ou não de suplentes no Senado, ele chamou a atenção para a PEC 55/2007, de sua autoria, que instituiu eleições diretas para os suplentes.

Com relação ao financiamento de campanhas, ele lembrou que o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral se manifestou a favor do uso de recursos exclusivamente públicos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Vanessa afirma que referendo não seria proposta adequada

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), um plebiscito será mais adequado que um referendo, já que os parlamentares têm discutido reforma política há muitos anos sem consenso.

A senadora reiterou que defende o financiamento público de campanhas eleitorais e a lista fechada de candidatos, com alternância de homens e mulheres.

— Vamos perguntar à população o que ela acha de o Brasil ser um dos países que têm sub-representação feminina.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Para Viana, Dilma “enterrou” plebiscito ao envolver Congresso

Jorge Viana (PT-AC) disse ontem que a presidente Dilma “enterrou” o plebiscito ao passar para o Congresso a responsabilidade de realizá-lo. Na opinião dele, a reforma política só vai ser feita se houver pressão da sociedade e projeto objetivo do governo ou da sociedade.

Viana apresentou projeto proibindo contribuição financeira de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais. O senador argumentou que é preciso “tirar o dinheiro sujo” das campanhas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Presidencialismo impede a reforma política, segundo Collor

Fernando Collor (PTB-AL) disse que o sistema de governo é o primeiro ponto que deve ser discutido na reforma política. Autor da PEC 31/07, que instituiu o parlamentarismo, Collor explicou que o presidencialismo é, cada vez mais, uma exceção no conjunto das nações e só o parlamentarismo poderá viabilizar a reforma política.

— É a forma mais eficiente de sair da refrega constante entre o Legislativo e o Executivo, que gera as crises de governabilidade — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Rolleberg defende respeito ao princípio da anualidade

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) se disse preocupado com declarações em que o presidente do Senado, Renan Calheiros, teria admitido a quebra do princípio da anualidade para modificações na legislação eleitoral. Esse princípio estipula que qualquer mudança na legislação deve ser feita pelo menos um ano antes do pleito.

— O Brasil não é uma república de bananas. Não podemos abrir mão de um princípio constitucional que garante a lisura das eleições.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Congresso devia tirar a reforma política da gaveta, diz Ataídes

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) contestou um plebiscito para a reforma política, mas chamou a atenção para a responsabilidade do Congresso de dar andamento a propostas.

— A reforma política está em nossas mãos. É só tirar da gaveta e votar.

O senador disse ser favorável ao referendo como meio de ratificar as reformas. Para ele, o governo disseminou o “engodo” de que há dez anos o Brasil vive em prosperidade e que o povo está contente.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Randolfe Rodrigues (2º à dir.) criticou a aprovação do substitutivo e defendeu votação do texto da Câmara

## Senado aprova royalties para educação e saúde

Novas regras para destinação de recursos do petróleo podem gerar R\$ 4 bilhões a mais de investimentos já em 2014, na expectativa do relator. Projeto agora volta para votação na Câmara

O PLENÁRIO APROVOU ontem a destinação de 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. Como o texto aprovado foi um substitutivo de Eduardo Braga (PMDB-AM), o PLC 41/2013 volta à Câmara, onde havia sido aprovado em 26 de junho. Na estimativa de Braga, a educação poderá ter R\$ 4 bilhões a mais de investimentos já em 2014. O texto original enviado pelo Executivo em maio previa 100% dos recursos para o setor.

Para evitar questionamentos jurídicos, as verbas que vão para os cofres estaduais terão a nova divisão somente nos casos em que os contratos forem posteriores a 3 de dezembro de 2012. Isso refere-se a exploração dentro de dez anos, e não à produção atual. Com o objetivo de aumentar a verba imediata, porém, o texto destina à educação e à saúde 50% dos royalties das áreas de pré-sal (da parte da União) que já estão sendo exploradas.

As receitas da União serão distribuídas de forma prioritária aos estados, Distrito Federal e municípios que determinarem a aplicação dos royalties e de participação especial com a mesma

destinação exclusiva. As receitas dos estados poderão ser aplicadas no custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica de tempo integral, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a professores na rede pública, limitado a 60% do total.

Dos recursos dos royalties e da participação especial destinados à União provenientes de campos do pré-sal, 50% serão destinados à educação pública, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), em debate no Senado. Os outros 50% serão destinados ao Fundo Social.

### Destinação direta

A principal mudança que o Senado fez, com o aval do governo, na opinião do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, foi a destinação direta de 50% dos royalties do pré-sal para a educação, e não para o Fundo Social. Já a metade dos rendimentos do Fundo Social, e não do capital dele, como estabelecia o texto aprovado na Câmara, será distribuída

na proporção de 75% para educação e 25% para a saúde.

Na opinião de Braga, o substitutivo aprovado no Senado dá segurança jurídica às mudanças e tem sintonia com a atual legislação. O relator também disse que o texto incorporou algumas das 17 emendas apresentadas.

— Garantimos às futuras gerações a sequência da capacidade de investimento tanto na educação quanto na saúde. Estamos garantindo recursos novos e duradouros para que possamos cumprir o que prevê o Plano Nacional de Educação, que é chegar aos 10% do PIB investidos na educação e, ao mesmo tempo, ter mais recursos para a saúde, garantindo investimentos permanentes nessas áreas — afirmou o relator.

Cristovam Buarque (PDT-DF) considerou uma vitória a destinação dos royalties do petróleo para educação e saúde, mas disse que o país não deve “cair na ilusão” de que esse dinheiro vai salvar o ensino brasileiro. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticou a aprovação do substitutivo e defendeu a prioridade de votação para o texto da Câmara.

### Projeto obriga oferta de escola perto de conjunto habitacional



José Cruz/Agência Senado

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai fazer audiência pública para debater o PLS 194/2012, de Ângela Portela (PT-RR), que permite ao beneficiário do Programa Minha Casa, Minha Vida suspender o pagamento das parcelas do financiamento se não houver vaga em escola pública na região de residência.

— Esses conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida são destinados a famílias de baixa renda. Obviamente, é necessária a obrigatoriedade de vagas em creches, educação infantil e ensino fundamental, mas temos observado o descumprimento da oferta de vagas — justificou a senadora.

### Congresso tem propostas para melhorar educação, diz Cícero



José Cruz/Agência Senado

Cícero Lucena (PSDB-PB) afirmou ontem, em Plenário, que já tramitam no Congresso Nacional diversas propostas em favor da melhoria da educação, uma das principais reivindicações das manifestações populares das últimas semanas.

Segundo o senador, um sólido sistema público de educação é essencial para construir uma nação. Ele reconheceu que a missão é imensa e difícil, mas disse que a tarefa deve ser iniciada logo. Para o senador, cabe aos homens públicos dar as respostas às demandas populares. Ele ainda lamentou que isso, na opinião dele, não tenha ocorrido nos últimos dez anos, quando o PT ocupou a Presidência da República.

## Ministro defende carreira de Estado para pessoal do SUS

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, apoiou a criação de uma carreira de Estado para profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), não apenas para médicos. Ele disse no Senado que deve ser assegurado o vínculo de trabalho em dedicação exclusiva, com exceção para atividades de ensino.

— Não pode ter clínica nem consultório particular ou outro vínculo. E tem que cumprir 40 horas semanais na unidade de saúde.

Padilha comentou o assunto após reunião com Humberto Costa (PT-PE), relator da comissão especial que trata do financiamento à saúde. Críticas à qualidade dos serviços públicos de saúde estimularam o Senado e a Câmara a incluírem propostas para a área na pauta que passou a ser prioritária no Congresso em resposta às manifestações populares.

O Senado analisa uma proposta de emenda à Constituição (PEC 34/2011) que cria carreira de Estado de médico e um projeto (PLC 89/2007) que serve de base ao debate sobre a ampliação dos recursos da União na saúde. A PEC sobre a carreira de Estado, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), estabelece que médicos serão selecionados por concurso e deverão trabalhar só no SUS, como defende o ministro.

Pela PEC, a estabilidade será conquistada após três

anos de efetivo exercício e as promoções obedecerão a critérios de antiguidade e merecimento. O profissional deve residir no município ou na região metropolitana do local para onde for designado.

A proposta reflete a expectativa de que melhoria salarial e ascensão na carreira vão contribuir na atração de médicos para lugares carentes de profissionais, de forma semelhante ao que acontece com promotores e juizes, que começam a trabalhar em comarcas distantes.

### R\$ 90 bilhões

Hoje, segundo o ministro, a União destina R\$ 90 bilhões por ano à saúde, o correspondente a 6,5% do Orçamento. Há sugestões para que o percentual seja elevado para, no mínimo, 10% de todas as receitas orçamentárias. Na comissão especial do Senado, também é considerada a ideia de uma despesa mínima per capita, a partir da qual seria projetada a despesa anual.

Padilha considerou “um avanço” a Câmara reservar 25% dos recursos do petróleo do pré-sal para a saúde. O projeto encaminhado pela presidente Dilma Rousseff vinculava as receitas apenas à educação. Sobre a hipótese de reedição da CPME, ele disse que o Congresso já teve sensibilidade para decidir pelo aumento de recursos sem elevação na carga tributária.



Padilha fala com Humberto, relator da comissão sobre financiamento da saúde

Konina Zambano - Acom/MS

## Jayme aponta “esfacelamento” da saúde em Mato Grosso

Jayme Campos (DEM-MT) denunciou, em Plenário, o “completo esfacelamento” da gestão da saúde pública em Mato Grosso. Ele disse que a Farmácia Popular da Secretaria de Saúde estadual fechou e que profissionais terceirizados do setor entraram em greve por não receber

o salário há três meses. O senador ressaltou que os serviços da farmácia estão suspensos porque o governo mato-grossense acumula atrasos nos repasses

à organização encarregada de gerir a saúde, com dívida que chega a R\$ 3,6 milhões. A farmácia atende cerca de mil pacientes por mês.

— Mais de cem medicamentos estão em falta na farmácia, e muitos desses remédios podem significar a diferença entre a vida e a

morte — afirmou. Jayme informou que há uma investigação sobre descarte de centenas de caixas de medicamentos vencidos da farmácia popular.



Marcia Mariz/Agência Senado

# Aprovado em comissão, texto que reduz tarifas de ônibus voltará para a Câmara

Além da expectativa de redução das tarifas pela isenção de impostos, projeto cria série de medidas de transparência sobre cálculo de preços

REDUÇÃO DE ATÉ 15% no preço das passagens e melhoria no transporte coletivo são os dois objetivos de projeto de lei da Câmara (PLC 310/2009) aprovado em segundo turno, ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Como foi alterada, a proposta retornará à Câmara dos Deputados. Por ter sido acolhida em caráter terminativo, não deverá passar pelo Plenário do Senado.

O projeto institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano de Passageiros (Reitup) para baixar os preços das passagens mediante isenções de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais. A União, que já promoveu, por medidas provisórias e decreto, algumas das providências previstas no projeto, ampliaria os benefícios fiscais com a redução a zero do PIS-Pasep e da Cofins na aquisição de óleo diesel para ônibus, de energia elétrica para operação de metrô e de veículos, chassis, carrocerias e pneus.

Estados e municípios poderão aderir ao Reitup, desde que desonerem as empresas de impostos de sua competência,



Fernando Haddad, José Fortunati, Lindbergh Farias, Sérgio Souza e Marcio Lacerda durante discussão sobre o Reitup

como o ICMS e o ISS. Deverão adotar ainda as seguintes providências: fazer licitações para conceder os serviços, implantar regime de bilhete único, instalar conselhos de transporte com a participação da sociedade civil e elaborar laudos demonstrando o impacto dos incentivos concedidos e determinando os valores máximos das tarifas. Para tanto, terão prazo de dois anos, conforme emenda de Kátia Abreu (PSD-TO).

## Transparência

O substitutivo incorporou, total ou parcialmente, muitas das 24 emendas apresentadas pelos senadores na CAE. Uma parte delas, por sugestão de

Inácio Arruda (PCdoB-CE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Roberto Requião (PMDB-PR), visa aumentar a transparência e o controle social sobre as planilhas de custos das empresas de transporte. Municípios com mais de 200 mil habitantes, por exemplo, deverão contratar auditoria externa para auxiliar na elaboração de laudos para o cálculo da tarifa, que serão publicados na internet.

O projeto assegura a aplicação da Lei de Acesso à Informação aos dados das empresas de transporte coletivo, em razão da existência de contrato de concessão com o poder público.

Visando prevenir disparidades nos preços das passagens,

o relator acatou emenda de Acir Gurgacz (PDT-RO) que estabelece planilha nacional de referência para o cálculo dos custos de empresas de transporte coletivo.

A emenda que causou maior polêmica, apresentada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), prevê que os recursos efetivamente aplicados na melhoria do transporte por estados e municípios serão aceitos como pagamento da dívida que os entes federados têm com a União, até o limite de 30%.

Ao fim, Lindbergh disse que a votação do projeto foi uma vitória da CAE e que a aprovação da emenda de Aloysio fazia "parte do jogo democrático".

## Prefeitos defendem subsídio ao transporte coletivo

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), incidente sobre combustíveis, pode ser usada para subsidiar as tarifas de transporte coletivo de trabalhadores e estudantes, conforme sugestão feita pelo prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, durante debate sobre o projeto que

institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano de Passageiros (Reitup).

Na reunião da CAE ontem, o prefeito de Porto Alegre e presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), José Fortunati, pediu a aprovação da proposta (PLC 310/2009)

com as emendas feitas pelos senadores. Segundo ele, as mudanças aperfeiçoam o Reitup e aumentam a transparência do sistema. Apelo idêntico foi feito pelo prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda.

De acordo com Haddad, seria uma forma de o transporte individual financiar o

transporte público, porque a Cide é paga pelo consumidor na hora em que abastece o veículo. Segundo o prefeito, com o descongestionamento do trânsito proporcionada pela melhoria do transporte coletivo, o usuário do transporte individual também seria beneficiado.

## Senadores discutem recursos para financiar passe livre

No início da reunião de ontem da comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CMA), os senadores discutiram a possibilidade de uso da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) como fonte de recursos para concessão de passe livre para estudantes no transporte urbano.

Projeto (PLS 248/2013) que assegura gratuidade em transporte público coletivo para estudantes, que tramita no Senado, prevê uso de recursos de royalties do petróleo e de participação especial em contratos de concessão e partilha. O passe livre seria parte das atividades a serem custeadas pela destinação prioritária à



Blairo alerta para decisões apressadas que depois não se implementam

educação de ganhos com a exploração do petróleo.

De acordo com Acir Gurgacz (PDT-RO), o uso da Cide seria uma estratégia transitória, até que estejam disponíveis os royalties do petróleo para a educação. O parlamentar informou que a medida está sendo estudada pela consultoria do Senado, que já constatou



Acir Gurgacz defende uso da Cide como estratégia temporária

a viabilidade da proposta.

Gurgacz considera essa a forma justa de conceder o benefício, sem onerar os demais usuários do transporte urbano e utilizando a contribuição que é cobrada daqueles que compram combustíveis para os veículos.

Blairo Maggi (PR-MT), que preside o colegiado, observou

que os recursos da Cide hoje são usados para a manutenção de vias e que o uso dela para conceder passe livre para estudantes poderá comprometer essa manutenção.

Na opinião de Walter Pinheiro (PT-BA), a discussão da proposta envolve diversas outras questões, como a restrição do benefício apenas para deslocamentos à escola ou a liberação para todos os deslocamentos feitos pelos estudantes.

O senador observou que a solução a ser construída pelos parlamentares deve incluir a melhoria da qualidade e a expansão da oferta de transporte urbano, com fiscalização rigorosa para coibir abusos no setor.



Luiz Henrique acredita que isenções têm asfixiado municípios

## Compensação a estados e municípios dominou debates ontem

Preocupado com as consequências de mais uma desoneração a recair sobre estados e municípios, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou emenda para compensar parte das perdas oriundas do Reitup.

O senador sugeriu que estados e municípios descontem do pagamento da dívida com a União, até o limite de 30%, os recursos efetivamente aplicados na melhoria dos transportes.

Luiz Henrique (PMDB-SC) disse que a asfixia dos entes federados está na raiz das manifestações que têm abalado o país, pela perda de capacidade de investimentos públicos.

Kátia Abreu (PSD-TO) também observou que a penúria dos municípios tem levado a uma prestação insatisfatória de serviços, fato que, na avaliação dela, motivou as manifestações em todo o país.



Kátia Abreu atribui a má prestação de serviços à penúria dos municípios

## Acordo permite ao Senado votar reforma do ICMS em breve

Lindbergh Farias (PT-RJ) anunciou ontem, na reunião da CAE, que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) fez um acordo que permite ao Senado sair do impasse quanto à reforma do ICMS e votar a matéria em breve. O Confaz é um órgão formado pelos secretários de Fazenda dos estados.

— A reforma do ICMS foi aprovada na CAE, mas não estava em condições políticas de ir a voto no Plenário. Com o acordo feito no Confaz, acredito que o quadro é outro — declarou o senador.

Lindbergh informou que pretende realizar, na próxima terça-feira, uma reunião com representantes do Confaz e do Ministério da Fazenda para que eles apresentem ao Senado os termos do acordo.

# Perdão de dívida de país africano gera polêmica

Aloysio cobrou resposta do Ministério da Fazenda a requerimento de informações sobre situação econômica e financeira dos países beneficiados antes da votação, que acabou sendo adiada

UM ACORDO PARA o perdão parcial de uma dívida da República Democrática do Congo com o Brasil gerou controvérsia entre os membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem. O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), solicitou que, antes de a comissão votar o acordo, o Ministério da Fazenda responda a uma série de questionamentos feitos por ele em um requerimento — que não se restringe à República Democrática do Congo, mas aos empréstimos feitos pelo Brasil a vários países africanos.

Por outro lado, Roberto Requião (PMDB-PR) declarou que não vê problemas no acordo, “pois todo país no mundo realiza políticas semelhantes em relação aos empréstimos”. Ele também ressaltou que os recursos se destinam a compras no mercado brasileiro e à contratação de empresas brasileiras.

Já Cristovam Buarque (PDT-



Alvaro (E) e Aloysio questionam fortemente o perdão das dívidas do Congo

DF) disse que “os poucos milhões envolvidos no acordo não mudariam a situação da economia brasileira, mas mudam muito nossa relação com os países da África”. No longo prazo, ressaltou, medidas como essa facilitam a presença de empresas e produtos brasileiros nesses países, além de aumentar a “simpatia” com o Brasil durante as votações na Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao responder a esses argumentos, Aloysio declarou “que não podemos nos iludir com o

discurso de solidariedade com os países africanos, que apresentam um grau alarmante de corrupção”. Ele frisou que, “por trás disso, provavelmente o que se tem são os financiamentos a obras brasileiras”. Alvaro Dias (PSDB-PR) citou “insinuações” de que esses empréstimos visam beneficiar empreiteiras brasileiras.

Tendo em vista a controvérsia provocada pelo assunto, o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), adiou a votação da matéria, que estava prevista inicialmente para ontem.

## Aprovada operação de crédito para o MA

O Plenário do Senado aprovou ontem autorização à União para que dê garantias ao estado do Maranhão para contratar operação de crédito externo de até US\$ 661,9 milhões.

Os recursos se destinam

à quitação de resíduos das dívidas constituídas pelo estado em razão das Leis 8.727/1993 e 9.496/1997, que estabeleceram critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária de

responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. A matéria, que vai à promulgação, foi incluída na ordem do dia em razão de pedido de Lobão Filho (PMDB-MA) para que a votação da matéria tivesse urgência.

## Lançada revista que discute pacto federativo

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias, e o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Davi Emerich, lançaram o 16º número da revista *Em Discussão!*, sobre a revisão das condições de financiamento das dívidas de estados e municípios com a União.

Lindbergh destacou iniciativas, como a revista, no sentido de buscar soluções para uma melhor divisão de recursos



Emerich (E) e Teixeira apresentam a nova edição aos senadores da CAE



entre os entes federados, assunto que considera prioritário na gestão dele na comissão.

O objetivo da publicação, segundo Emerich, é justamente tratar assuntos relevantes para o país com profundidade e didatismo, estimulando o debate.

O editor-chefe da revista, João Carlos Teixeira, destacou que, nas 62 páginas, é mostrado o trabalho dos senadores de buscar uma fórmula para o reajuste dos contratos com a União firmados entre 1997 e 2001. A revista pode ser lida em [www.senado.gov.br/emdiscussao](http://www.senado.gov.br/emdiscussao).

## Senadores querem mudanças em regras do trabalho doméstico

Cinco emendas já foram encaminhadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para alterar o projeto de lei que regulamenta direitos e deveres dos trabalhadores domésticos (PLS 224/2013 — Complementar). A princípio, a posição do relator, Romero Jucá (PMDB-RR), é de recomendar a aprovação sem mudanças.

Três emendas foram apresentadas por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). A primeira inclui entre as características do trabalho doméstico a exigência de prestação, no mínimo, três vezes por semana. A segunda admite um prazo inferior a 45 dias para firmar o contrato de experiência. Se o serviço continuar a ser prestado e não houver prorrogação do prazo inicial, ou se a vigência ultrapassar 90 dias, o contrato de trabalho passará a vigorar por tempo indeterminado. Finalmente, Aloysio Nunes exige a estimativa, pelo Poder Executivo, do montante de renúncia fiscal do Programa de Recuperação Previdenciária dos

Empregados Domésticos, contido no projeto.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) propôs como possibilidade de rescisão do contrato por culpa do empregador a prática de qualquer das formas de violência doméstica ou familiar contra mulheres relacionadas na Lei Maria da Penha.

José Agripino (DEM-RN) apresentou emenda para que a inspeção do cumprimento das regras do serviço pelo fiscal do trabalho dependa de agendamento e entendimento prévios entre a fiscalização e o empregador.



Relator, Romero Jucá pretende aprovar o texto sem alterações

## Paim volta a pedir solução para aposentados do fundo Aerus

Em discurso ontem, Paulo Paim (PT-RS) voltou a chamar a atenção para o protesto, ainda em curso, por parte de aposentados e pensionistas das extintas empresas aéreas Varig e Transbrasil. Eles ocupam, desde a sexta-feira, o Instituto Aerus no Rio de Janeiro, sede do fundo de pensão Aerus.

Paim informou que a ocupação pode ser acompanhada ao vivo por meio do endereço eletrônico [aeronautas.aero](http://aeronautas.aero).

— A ocupação é em protesto à situação que atinge 100 mil aposentados e pensionistas e mais de 20 mil trabalhadores da ativa, que perderam seus depósitos no fundo — disse.

O senador explicou que o fundo está sob intervenção há mais de sete anos e, mesmo já tendo ganhado uma ação civil pública em primeira instância, os aposentados e pensionistas

não conseguem receber benefícios e indenizações porque a União recorreu.

Segundo Paim, os manifestantes só pretendem deixar o prédio se o processo que trata da questão no Supremo Tribunal Federal for julgado ou se o governo federal enviar um representante para negociar com eles.



Paim manifesta apoio a protesto de aposentados e pensionistas do Aerus

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



Alfredo Nascimento (D) coordena sessão de ontem na CCT, que aprovou projeto na forma de um texto substitutivo

## Mídia terá de fazer alertas sobre desastres climáticos

Além de rádio e TV, obrigatoriedade vale também para operadoras de celular, de acordo com projeto que segue agora para decisão final em segundo turno de votação na Comissão de Ciência e Tecnologia

**ALERTAS SOBRE A** possibilidade de desastres climáticos podem passar a ser obrigatórios em TV, rádio e telefonia celular. É o que prevê substitutivo de projeto de lei do Senado (PLS 490/2009) aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ainda precisa passar por turno suplementar de votação.

A proposta original sugeria a criação do Centro de Prevenção de Desastres Climáticos (CPDC). O órgão federal atuaria como centro de informações de utilidade pública para prevenção e alerta da possibilidade de eventos como furacões, tempestades, inundações e incêndios florestais.

Rollemberg observou, no

entanto, que propor a criação de órgão na esfera do Executivo é medida de iniciativa privativa do presidente da República, conforme regra constitucional. Embora reconhecendo a importância da medida, ele explicou que o vício de constitucionalidade impediria o avanço do projeto.

### Telefonia celular

O senador aproveitou, no texto substitutivo, sugestão contida em um dos artigos do projeto: a colaboração das concessionárias de serviço público de rádio e televisão na divulgação dos alertas. O texto prevê a obrigatoriedade não apenas para emissoras comerciais, mas também para TVs e rádios comunitárias. O relator ainda acrescentou

à lista as concessionárias de telefonia celular.

Para Rollemberg, a ajuda dos meios de comunicação na divulgação de informações sobre prevenção, inclusive pelo sistema de telefone celular, ajudará a salvar vidas.

O projeto já havia sido examinado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que aprovou parecer contrário ao texto original sob o argumento de inconstitucionalidade da proposta. Como a CCT votou o projeto em decisão final, ela seguirá para a Câmara dos Deputados após a realização do turno suplementar de votação, se não houver recurso para exame pelo Plenário do Senado.

## Aprovado incentivo para doações a projetos científicos

Projeto de lei de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que incentiva o investimento em pesquisa científica e tecnológica foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O PLS 474/2012 permite a dedução, no Imposto de Renda Pessoa Física, das doações a projetos de pesquisa científica e tecnológica executados por instituição científica e tecnológica ou por entidades

privadas sem fins lucrativos. Na justificativa, o senador ressaltou um crescimento de 43% nos pedidos de patentes brasileiras no exterior entre 2007 e 2011, o que faz do Brasil, como observou, um "novato no que se refere a pesquisa e desenvolvimento".

Segundo realçou o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), grande parte das receitas de universidades nos Estados Unidos e na Inglaterra vêm de doações de

ex-alunos ou ex-professores. O senador vê na proposta potencial para criar, a longo prazo, uma cultura de doações para universidades e institutos de pesquisa brasileiros.



Valadares quer incentivar doações de particulares a instituições de ciência

## Aviso de comércio para isentar-se de dano pode ser crime

Afixar aviso informando isenção de responsabilidade por dano em estabelecimento comercial poderá resultar em detenção de três meses a um ano, mais multa. É o que determina o Projeto de Lei do

Senado (PLS) 448/2012, aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) e que segue para decisão final da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A autora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), argumenta que os estabelecimentos tentam se eximir de furtos, roubos e danos para dissuadir o consumidor de pedir indenização.

— A relação de consumo, necessariamente, estende-se à presença do consumidor.

O relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), citou decisão do Superior Tribunal de Justiça pela responsabilização de supermercado por dano a cliente em razão de ter escorregado em piso molhado.



Autora do projeto, Vanessa apresenta argumentos para votação na comissão

## Operadoras são chamadas a explicar falhas na telefonia

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) realizará audiência para discutir problemas na telefonia móvel do país, em especial nos estados da Região Norte. Requerimento propondo o debate, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), foi aprovado ontem.

Serão chamados a falar o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende, e os presidentes das empresas Oi, Vivo, Claro e TIM, respectivamente Zeinal Bava, Antonio Carlos Valente, Carlos Zenteno e Rodrigo Abreu.

Os senadores aprovaram ainda requerimento de Ivo Cassol (PP-RO) propondo

audiência pública sobre compra de refinaria em Pasadena, Estados Unidos, pela Petrobras. Conforme denúncia da revista *Veja*, a refinaria comprada pela estatal brasileira por US\$ 1,18 bilhão teria sido adquirida por uma empresa belga alguns anos antes por US\$ 42,5 milhões.

Serão convidados o ex-presidente da Petrobras José Sergio Gabrielli e o ex-diretor da Área Internacional da estatal Nestor Cerveró.

Também foi acolhido requerimento de Ana Amélia (PP-RS) solicitando ao TCU realização de auditoria no Sistema Único de Saúde (SUS), sobre cumprimento de prazo para início de tratamento de pacientes com câncer.

## Mudança para ligações de longa distância é tema de debate

Dois requerimentos para realização de audiência pública foram aprovados ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O primeiro foi apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para orientar a votação de projeto de lei (PLS 333/2012) de Walter Pinheiro (PT-BA) que dispensa a discagem do Código de Seleção de Prestadora (CSP) nas chamadas telefônicas de longa distância nacionais ou internacionais.

Com a medida, que propõe alteração na Lei Geral de Telecomunicações, a chamada poderá ser completada pela operadora local, pela operadora de serviço móvel pessoal ou por qualquer outra operadora de serviços de telecomunicação previamente contratada.

O PLS 333/2012 será votado na CCT em decisão terminativa.

O outro requerimento aprovado foi apresentado por Anibal Diniz (PT-AC) e propõe uma audiência pública conjunta da CCT com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sobre as diretrizes e prioridades da Telebras e o Programa Nacional de Banda Larga.



Walter Pinheiro propõe alteração para facilitar discagem pelo usuário

## Adiada votação de proposta de controle sobre celular pré-pago

A pedido do relator, Walter Pinheiro (PT-BA), a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) adiou a votação de projeto de lei (PLS 444/2012) de autoria de Eduardo Lopes (PRB-RJ) que impõe controle mais rígido à venda de celulares pré-pagos. A proposta estava na pauta da reunião de ontem. O desafio, conforme observou, é conciliar a manutenção de um grande volume de registros cadastrais dos usuários com a garantia de facilidade no acesso ao serviço.

Pinheiro também quer encontrar uma solução adequada para a responsabilização penal do usuário que praticar ou contribuir para delito com uso de celular pré-pago.

Duas emendas foram

incorporadas ao projeto pelo relator. Pela primeira, fica aberta a possibilidade de um estrangeiro adquirir um chip pré-pago apresentando o passaporte. Na segunda, retirou-se um dispositivo do texto original que responsabiliza o usuário que concorre para um delito praticado por terceiro com a utilização de um celular pré-pago cadastrado em seu nome. Segundo Pinheiro, a prática já está enquadrada no Código Penal.



Lopes pretende dificultar o uso de pré-pagos para ações criminosas

Projeto faz parte da pauta elaborada em resposta às manifestações de rua. Regras da ficha limpa valerão para comissionados e efetivos

# Senado aprova exigência de ficha limpa para todos os servidores

O SENADO APROVOU ontem a exigência de ficha limpa para o ingresso no serviço público, seja em emprego, cargo efetivo ou cargo comissionado. A medida valerá para os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal. A matéria, que faz parte da pauta elaborada pela Casa para atender as reivindicações dos recentes protestos populares, segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2012, do senador Pedro Taques (PDT-MT), foi aprovada por unanimidade na forma de um substitutivo do relator Eunício Oliveira (PMDB-CE). O projeto original proibia a nomeação em cargos comissionados e funções de confiança de pessoas em situação de inelegibilidade conforme a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010).

O substitutivo votado pelos senadores incorporou também o texto da PEC 30/2010, de autoria do ex-senador Roberto Cavalcanti, estendendo essa proibição para nomeação de servidores efetivos.

— Somente com medidas dessa natureza poderemos resgatar a eficiência, a moralidade, a transparência, a responsabilidade e a impessoalidade na administração de bens, valores, serviços e recursos adquiridos com o suado dinheiro dos contribuintes brasileiros — afirmou Eunício, ao defender a proposta em Plenário.

Com a medida, ficam impedidos de assumir cargos públicos aqueles que estão em situação de inelegibilidade em razão de condenação ou punição de qualquer natureza, na forma da Lei da Ficha Limpa, como crimes contra a administração pública, crimes eleitorais e crimes hediondos. O prazo dessa inelegibilidade é de oito anos.

Para o autor da PEC original, senador Pedro Taques, o servidor público precisa ter uma vida passada sem qualquer nódoa. Na avaliação dele, não é “razoável” o cidadão, devido à Lei da Ficha Limpa, ser impedido de se candidatar a vereador do menor município do país, mas poder assumir, por exemplo, a presidência do Banco Central, o Ministério da



Taques (2º à esq.), autor da PEC 6/2012, ao lado de Eunício (E) e Pimentel

Fazenda ou uma secretaria de Estado.

## Crimes dolosos

Durante a votação em segundo turno, no entanto, os senadores retiraram do texto trecho que impedia a nomeação em cargos públicos de condenados por crime doloso. A supressão foi sugerida por Pedro Taques, que criticou a ampliação da exigência de Ficha Limpa para todos os servidores da administração pública, e não apenas para aqueles que ocupam função comissionada — e que, por isso, possuem poder de

decisão e acesso aos recursos públicos.

O senador argumentou que, ao estender a proibição a todos os servidores efetivos, o Senado estaria determinando a “morte civil” de inúmeros cidadãos, condenados por crimes menores, que já não têm chance de trabalho na iniciativa privada e que, no serviço público, exerceriam apenas serviços administrativos.

A solução foi retirar a vedação a pessoas condenadas por crimes dolosos em geral e deixar somente os critérios previstos na Lei da Ficha Limpa.

## Inclusão de advogados no Simples segue para exame da Câmara

Os senadores aprovaram ontem, com 63 votos favoráveis e 1 abstenção, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 105/2011 — Complementar, que inclui as atividades de advocacia no regime simplificado de tributação conhecido como Simples Nacional ou Supersimples. A proposta segue para a Câmara.

A proposta, de Ciro Nogueira (PP-PI), recebeu parecer favorável de José Pimentel (PT-CE), para quem a medida beneficiará 500 mil advogados.

A proposta tramitava em conjunto com outros sete projetos de lei que acrescentam atividades ao sistema, mas, atendendo a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ciro Nogueira solicitou a separação da proposta para agilizar a tramitação.

O Supersimples, em vigor desde 2007, permite o recolhimento, em uma única guia, de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, além da contribuição para entidades de serviço social e de formação profissional.

Pelo menos 25 senadores

apoiaram a decisão. Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Eunício Oliveira (PMDB-CE) lembraram que a categoria pleiteia a inclusão há muitos anos.

Renan Calheiros parabenizou o presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, pela vitória da categoria. Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), a aprovação “tem ligação direta com os desejos da população brasileira”. Eduardo Braga (PMDB-AM) disse que a medida vai ampliar a base de

contribuição da categoria, que ainda tem muitos membros na informalidade.

Walter Pinheiro (PT-BA) ressaltou tratar-se de “correção de um erro”. Aécio Neves (PSDB-MG) lembrou da origem do regime simplificado de tributação. Eunício Oliveira, José Agripino (DEM-RN) e Sérgio Souza (PMDB-PR) salientaram a importância da medida para pequenos escritórios. Anibal Diniz (PT-AC) lembrou que o sistema beneficia empresas

com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Wellington Dias (PT-PI), Romero Jucá (PMDB-RR), Jayme Campos (DEM-MT), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) elogiaram o autor e os relatores José Pimentel, Gim (PTB-DF) e Ana Amélia (PP-RS).



Gim (E) e Ana Amélia (de rosa) foram relatores do projeto que estende o Simples Nacional aos advogados

## Renan ouve líderes às 11h30 sobre a análise de vetos presidenciais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou reunião de líderes do Senado e da Câmara com o objetivo de planejar a sessão do Congresso Nacional que será realizada às 12h de hoje. O encontro, marcado para as 11h30, discutirá, entre outros assuntos, os critérios de exame dos vetos presidenciais e a possibilidade de arquivar uma série de itens, por se referirem, por exemplo, a orçamentos já executados. Há mais de 3 mil vetos pendentes de exame pelo Congresso.

Renan Calheiros adiantou que tentará incluir na pauta análise do veto ao PLS 253/2009, que permite aos taxistas transferir aos herdeiros a autorização do poder público.

Cobrança nesse sentido foi feita por Gim (PTB-DF), que afirmou ter compromisso com a categoria, cujos representantes assistiram a boa parte da sessão de ontem.

Lindbergh Farias (PT-RJ), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) Eunício Oliveira (PMDB-CE), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Francisco Dornelles (PP-RJ), Romero Jucá (PMDB-RR), Ana Amélia (PP-RS), Paulo Paim (PT-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e o próprio Renan apoiaram a derrubada do veto.

— Essa matéria é prioritária. A única permissão que não tem valor econômico e não se pode transferir no nosso sistema jurídico é a do taxista — afirmou Renan.

## Plenário terá votação às segundas e sextas-feiras até 17 de julho

O Senado prosseguirá dando celeridade a projetos que atendem as mobilizações populares das últimas semanas. Foi o que afirmou ontem o presidente da Casa, Renan Calheiros. Ele explicou que o Plenário terá votações também nas segundas e sextas-feiras nas próximas duas semanas. Em geral, as sessões desses dias são dedicadas apenas a pronunciamentos.

— Vamos ter votações nominiais na sexta e na segunda nos próximos 15 dias para tentarmos resolver a nossa pauta sem que tenhamos que usar os dias do recesso, que são 15 dias em julho. Mas, se for necessário, utilizaremos o recesso. O fundamental é, no conteúdo e na velocidade, agilizar [o atendimento] as demandas da sociedade.

O passe livre estudantil em todo o país está entre as matérias prontas para deliberação em Plenário.